

Grupo Informal Bibliotecas da Administração Central do
Estado – *Pensar o futuro*
(GIBACE)

Bibliotecas da Administração Central do Estado

Que futuro(s)?

SUMÁRIO EXECUTIVO

INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em
Funções Públicas

2015

Ficha Técnica

Autor

Grupo Informal Bibliotecas da Administração Central do Estado – *Pensar o futuro* (GIBACE)

Composição

- Leonor Gaspar Pinto
- Paula Ochôa
- Paulo J. S. Barata
- Rosa Maria Galvão
- Vera Batalha

Edição

INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas

Outubro 2015

Estudo realizado por solicitação do INA. Concluído e entregue a 30 de outubro de 2015. As opiniões expressas no mesmo são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a instituição.

Versão eletrónica publicada no Repositório de Administração Pública <<http://repap.ina.pt>> e no sítio *web* do INA.

Apresentação

Este sumário executivo destina-se a apresentar o essencial do documento **Bibliotecas da Administração Central do Estado – *Que futuro(s)***, produzido pelo Grupo Informal Bibliotecas da Administração Central do Estado (GIBACE), que pretende constituir uma proposta de orientação estratégica para discussão.

A proposta do GIBACE desenvolve-se em torno de três eixos estratégicos:

- **Eixo 1 – Gestão dos serviços de informação**
- **Eixo 2 – Gestão dos recursos de informação**
- **Eixo 3 – Gestão da transição bibliográfica**

Estes eixos foram selecionados com base em três critérios fundamentais:

- A sua centralidade para os debates teóricos nas principais disciplinas em Ciência da Informação
- A sua relevância para a profissão de informação documentação
- A sua importância para a sustentabilidade do setor

A proposta do GIBACE parte de um conjunto de **questões para reflexão**, sobre as quais propõem um **conjunto de recomendações**.

A reflexão do GIBACE partiu da pergunta: Por que razão uma parte das Bibliotecas da Administração Central do Estado (BACE) está ou a fechar ou a estiar?

A proposta do GIBACE visa:

- contribuir para a construção de uma política nacional de informação que integre o papel e a estratégia das Bibliotecas da Administração Central do Estado.
- promover o reconhecimento das práticas de gestão de informação necessárias na Administração Pública.
- incentivar o debate sobre o valor e o impacto destas bibliotecas, focalizado na colaboração estratégica, ouvindo e consultando as várias partes interessadas.

Com isso o GIBACE pretende dinamizar o debate estratégico sobre o valor e o impacto das Bibliotecas da Administração Central do Estado.

Questões

Como criar o posicionamento estratégico adequado que garanta sustentabilidade e valor?

Na reflexão realizada, o GIBACE identifica os seguintes pontos-chave:

- Modelo de funcionamento dos serviços de informação.
- Aprofundamento e fixação do conceito de BACE.
- Consolidação do papel da BACE na política nacional de informação e no sistema biblioteconómico nacional.
- Incorporação da avaliação de impactos das BACE na gestão estratégica e na avaliação de desempenho da Administração Pública, do sistema biblioteconómico nacional e da política nacional de informação.
- Incremento do trabalho colaborativo.
- Desenvolvimento de novas competências para os profissionais de Informação-Documentação.

Como pode a gestão da informação melhorar a cidadania e aumentar a eficácia da Administração Pública?

Na reflexão realizada, o GIBACE identifica os seguintes pontos-chave:

- A complexidade orgânica, as interseções, os processos, os subsistemas e as partes envolvidas na informação da Administração Pública.
- O acesso à informação da Administração como elemento de cidadania.
- A interoperabilidade, os serviços e as práticas de governo aberto como elementos de eficiência da Administração.

Como gerir coleções únicas/especializadas/patrimoniais enquanto recursos de informação da Administração Pública?

Na reflexão realizada, o GIBACE identifica os seguintes pontos-chave:

- A gestão de recursos de informação e a importância da sua abrangência no desempenho das BACE e no tipo de intervenção que poderão desenvolver na Administração Pública e no ambiente informacional, designadamente ao nível das mudanças na disponibilização da informação via Internet, do acesso a bases de dados, revistas eletrónicas e e-books, da proliferação de novos formatos e do desenvolvimento de dispositivos móveis com capacidade de acesso a conteúdos, do impacto do *crowd sourcing*, das redes sociais e da computação em nuvem.
- Os três níveis hierárquicos de gestão das coleções das BACE: estratégico, tático e operacional – associados a três (sub)conceitos interrelacionados de coleção: Coleção como conjunto de coisas; Coleção como acesso; Coleção como processo.

Como podem as BACE reagir perante a transição bibliográfica em curso?

Na reflexão realizada, o GIBACE identifica os seguintes pontos-chave:

- O aparecimento de novos paradigmas no universo bibliográfico e os efeitos da sua aplicação estão a provocar uma disrupção no modo como as bibliotecas pensam e concebem os seus produtos bibliográficos.
- Os FRBR trazem um novo paradigma que constitui o elemento fundamental de viragem do universo bibliográfico que vai permitir remodelar conteúdos e serviços. Este novo paradigma aponta para a necessidade de desagregar, decompor e remodelar os dados bibliográficos.
- A necessidade de quebrar as barreiras que envolvem a especificidade conceptual e técnica da informação bibliográfica através da modificação da arquitetura dos serviços de informação e dos sistemas que a rodeiam, i. é, da modificação dos catálogos das bibliotecas com o repensar das estruturas-base de construção de recursos de acesso à informação de forma a adaptá-los aos atuais modelos conceptuais dos utilizadores.
- O pensar o catálogo da biblioteca como um instrumento mais amplo, com uma estrutura descritiva renovada, que permita a ligação entre utilizadores e recursos relevantes e fomente a interação entre entidades, ultrapassando a função de mero instrumento de armazenamento de dados.

Como criar o futuro das BACE?

Na reflexão realizada, o GIBACE identifica os seguintes pontos-chave:

- A geração de serviços de valor acrescentado nas BACE através do apoio aos trabalhos dos investigadores: infraestrutura, disponibilidade de recursos e ajuda dos profissionais.
- O posicionamento das BACE não apenas pelo valor intrínseco do seu património documental e pela prestação de serviços diferenciados mas também pelo potenciamento do uso das TIC na gestão dos recursos e na criação de novos serviços partilhados, desenvolvendo novas formas de cooperação e trabalho colaborativo de modo a garantir a sua sustentabilidade.
- A aquisição e o desenvolvimento de novas competências ao nível da gestão, liderança e literacia tecnológica pelos profissionais de Informação-Documentação bem como a respetiva valorização enquanto fatores essenciais para um desempenho organizacional de excelência.
- O futuro das BACE e a existência de debates, envolvendo as partes interessadas, discutindo estes e outros temas e os seus efeitos, benefícios e impactos, bem como a promoção de contactos com as instituições de ensino superior, no sentido de viabilizar a concretização de formação especializada como garantia do desenvolvimento de competências em Ciência da Informação adequadas a um novo desempenho.

Recomendações

- É necessário realizar estudos de diagnóstico de todo o setor que caracterizem a sua dinâmica, identifiquem os pontos fracos, os pontos fortes, as ameaças e as oportunidades, bem como os vários modelos de gestão existentes nas BACE.
- É necessário realizar estudos prospetivos sobre as BACE, envolvendo as várias partes interessadas, analisando as tendências sociais, económicas e tecnológicas, no quadro da reforma do Estado e da prestação de melhores serviços ao cidadão.
- É necessário criar um órgão de coordenação do Sistema Biblioteconómico Nacional que integre representantes dos diferentes subsistemas e defina uma política global para o setor.
- É necessário definir uma política setorial; essa política deve responder às seguintes questões:
 - Qual é o órgão de coordenação?
 - Que subsistemas?
 - Quantas unidades documentais em cada subsistema?
 - Quais os recursos mínimos de funcionamento: infraestruturais, de acervo, de recursos humanos, e com que competências, de cada uma delas?
 - Quem controla?
 - Quem autoriza, fiscaliza e audita?
 - Quais os perfis e as competências profissionais adequados para gerir as BACE?
- É necessário promover a atualização das competências profissionais, criando um perfil adaptado a novos níveis de desempenho nas BACE.
- É necessário avaliar a qualidade dos serviços prestados e o valor da informação gerida pelas BACE.
- É necessária uma abordagem sistémica, holística e dinâmica à informação da Administração Pública.
- É necessário aprofundar os níveis de acesso à informação da Administração Pública enquanto elemento de cidadania.
- É necessário prosseguir com soluções comuns e partilhadas que facilitem a interoperabilidade entre os diversos sistemas de informação da Administração Pública, sendo que as soluções encontradas para os arquivos terão implicações na gestão integrada dos restantes serviços de informação como as bibliotecas.
- É necessário desenvolver uma estratégia de promoção da inclusão digital e de (multi)literacia informacional que faça das BACE agentes ativas na

promoção da inclusão digital e da (multi)literacia informacional junto dos trabalhadores da AP e dos cidadãos que utilizem os seus serviços.

- É necessário incrementar o papel das BACE como parceiras na cocriação e divulgação da informação institucional.
- É necessário incentivar a gestão de recursos de informação centrada no utilizador, real e potencial, reforçando a presença digital das BACE, bem como a sua interação com a comunidade.
- É necessário desenvolver abordagens intersetoriais de gestão das coleções das BACE que incidam sobre o desenvolvimento colaborativo da coleção, a preservação e o acesso (ligações a materiais e coleções existentes na *web*; sistemas interoperáveis), considerando comportamentos e hábitos informacionais dos indivíduos e modo como satisfazem as suas necessidades de informação. A criação de valor assentará na dinâmica de gestão destas três áreas de forma integrada.
- É necessário realizar uma revisão detalhada de políticas e procedimentos documentais existentes nas BACE, identificando exemplos de gestão de coleções a nível ministerial e promovendo um estudo sobre os impactos de um novo conceito para o setor.
- É necessário estimular a melhoria do desempenho profissional, promovendo a formação em gestão da informação digital, desenvolvendo competências de curadoria da informação, incluindo as novas formas de uso e reutilização sem fronteiras disciplinares e institucionais quanto às necessidades de acesso e interoperabilidade
- É necessário apoiar e estimular a partilha de recursos de informação entre as BACE.
- É necessário que as BACE demonstrem adaptabilidade, procurando formas inovadoras de representação dos dados que incrementem e criem funções e serviços nos catálogos bibliográficos.
- É necessário que as BACE demonstrem flexibilidade e criem valor, através do trabalho em ambientes digitais mais amplos, expandindo o conhecimento e explorando formas de fornecer o acesso a novos modos de produção.
- É necessário que as BACE promovam uma alteração estrutural dos seus dados bibliográficos com base no modelo FRBR e em códigos de catalogação que o implementem.
- É necessário que as BACE sigam modelos conceptuais, normas de descrição e de comunicação de dados internacionalmente aceites (FRBR; FRAD; FRSAD; ISBD; RDA; UNIMARC) de modo a garantirem a interoperabilidade dos dados.

- É necessário que as BACE criem dados bibliográficos de alta qualidade para uso coletivo. Não interessa qual a biblioteca que cria os dados ou quem os edita, pois a manutenção da qualidade e integridade dos dados interessa e responsabiliza todos os que os partilham.

E agora, o futuro

Após audição das partes interessadas e validadas as questões essenciais sobre o futuro das BACE, propõe-se:

- A dinamização de um Fórum na área da Gestão da Informação das BACE, com o objetivo de promover a reflexão e o debate estratégico no setor;
- A dinamização de reuniões com outras partes interessadas com diferentes responsabilidades na articulação de políticas públicas para o estabelecimento da estratégia a seguir pelo INA.

Tendo em conta quer a missão do INA, quer os contributos recebidos, a abordagem poderá passar pelas seguintes propostas, distribuídas pelos respetivos eixos estratégicos.

Gestão dos Serviços – Eixo 1

1. Posicionar-se como catalisador de sinergias junto dos dirigentes de topo das várias partes interessadas e envolvendo entidades como a BNP, DGLAB, AMA e FCT, com vista à criação de um Órgão Coordenador Nacional para a gestão da informação.
2. Promover e coordenar o debate nacional sobre a necessidade e importância de uma política de informação que inclua as BACE.
3. Participar no debate europeu sobre o valor e sustentabilidade destas bibliotecas nas respetivas administrações públicas.
4. Elaborar diagnóstico de necessidades de formação dos profissionais de I-D na Administração Central do Estado, ouvindo as partes interessadas e dando conhecimento dos resultados aos dirigentes dos organismos.
5. Identificar oportunidades de financiamento comunitário a que as BACE se possam candidatar, privilegiando projetos colaborativos de âmbito nacional ou com parceiros das administrações públicas europeias.

Gestão dos Recursos – Eixo 2

1. Propor a criação de um novo modelo de funcionamento para as BACE assente na gestão partilhada de recursos, tornando-as financeiramente sustentáveis e mais eficientes no atendimento dos serviços da AP e do cidadão.
2. Cooperar na dinamização de um fórum de gestão de informação, acordado em protocolo assinado com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, como instrumento ativo na implementação da estratégia do INA relativamente às BACE.

3. Preparar oferta formativa distinta e/ou complementar à existente no mercado, destinada à aquisição ou desenvolvimento de competências dos profissionais de I-D, em resposta ao levantamento de necessidades efetuado e ajustada às necessidades dos serviços.
4. Suprir necessidades de recursos humanos de I-D nos organismos que o requeiram, requalificando trabalhadores em mobilidade especial.

Gestão da transição bibliográfica – Eixo 3

1. Implementar ações de informação e formação para as BACE sobre os catálogos de nova geração estabelecendo, se necessário, protocolo com entidades que já detêm saber nesta matéria, como a BNP.
2. Estabelecer convénios com entidades internacionais que, através do ensino, possam contribuir para o desenvolvimento de competências nas BACE.
3. Estabelecer uma possível parceria com a ESPAP para dinamizar a partilha de recursos tecnológicos.

Nota final

O futuro das BACE depende de um novo conceito estratégico, fruto de uma nova visão, amplamente debatida, envolvendo as partes interessadas, discutindo estes e outros temas e os seus efeitos, benefícios e impactos, bem como a promoção de contactos com as instituições de ensino superior, no sentido de viabilizar a concretização de formação especializada como garantia do desenvolvimento de competências em Ciência da Informação adequadas a um novo desempenho.